

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Marilinda da Conceição Marques Fernandes nasceu em 21 de maio de 1954, em Lisboa, e viveu a infância e a adolescência com seus pais, Joaquim e Amália, em Oeiras, vila histórica onde o Marquês de Pombal viveu parte de seu exílio depois da morte do rei D. José I. Lá fez o ensino fundamental e o ensino médio no Liceu de Oeiras, no qual teve como professores alguns dos intelectuais que se mantiveram em Portugal durante o regime fascista, investindo em formar a juventude em um quadro político crítico e de resistência ao regime.

Estudou ciências jurídicas clássicas, de 1973 a 1978, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e teve a honra de fazer parte da turma do direito vermelho, em função da militância e das posições radicais de grande parte dos alunos.

Foi também em Coimbra que participou do movimento estudantil de resistência ao fascismo salazarista e onde teve a alegria de acompanhar, com os demais colegas de resistência, a noite de 24 para 25 de abril de 1974, ao som da “Grândola, Vila Morena”, que anunciava, minuto a minuto, o avanço do movimento dos capitães e a derrubada do regime de Salazar.

Nos tempos da Revolução dos Cravos, em 1974, participou ativamente dos movimentos populares, da construção da reforma agrária, da nacionalização dos bancos, da imprensa e da resistência ao avanço sistemático das forças contrarrevolucionárias durante o período que se estendeu até 25 de novembro de 1975, data em que se operou um contragolpe dentro das forças armadas e quando assumiu a ala dita “mais moderada”, que acabou por retirar o caráter revolucionário e autogestionário que se vinha vivendo em Portugal.

De 1978 a 1980, trabalhou como assessora jurídica no Ministério da Segurança Social de Portugal em Lisboa, fazendo, concomitantemente, sua especialização em direito da seguridade social.

Em fevereiro de 1980, já no rescaldo da Revolução dos Cravos e entusiasmada com os ventos que sopravam das ex-colônias portuguesas, aceitou o convite de seu professor de planejamento econômico da Faculdade de Direito de Coimbra Ladislau Dowber para integrar sua equipe no Ministério de Planejamento da Guiné-Bissau.

De 1980 a 1984, assessorou o grande combatente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Vasco Cabral, então ministro do planejamento. Nessa qualidade, participou da elaboração das leis de exploração dos recursos naturais e das negociações relativas a créditos para o desenvolvimento.

Nessa altura, na Guiné-Bissau, viviam muitos exilados brasileiros, discutia-se muito a queda da ditadura, as condições políticas do Brasil e articulava-se a resistência e a volta inevitável ao País.

Com o começo da abertura política do Brasil, Marilinda se sentiu motivada pelo novo processo político e, assim, veio junto com o futuro pai de seus filhos viver em Porto Alegre.

Ao enxergar Porto Alegre pela primeira vez da janela do avião, ficou impactada com o rio enorme, cheio de ramificações. E, assim, descobriu o Guaíba, que até hoje olha da janela do seu escritório, o qual, diária e pachorrentamente, se vai indo rumo ao oceano que a transporta de novo a Portugal.

Ao chegar a Porto Alegre em fevereiro de 1984, Marilinda, anarcossindicalista e advogada, estabeleceu seus primeiros contatos com o mundo sindical e com as organizações de aposentados. Eram tempos em que a luta prevalecia e em que a discussão era bem-vinda. Os sindicatos metalúrgicos de Canoas, Caxias do Sul e Porto Alegre foram os primeiros espaços de debate e de trabalho conjunto. Depois, veio o sempre respeitado companheiro de lutas e de trabalho Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência (Sindisprev/RS), assim como os sindicatos de metroviários, aeroviários, petroquímicos, processamento de dados, bancários e tantos outros que, em um patamar de trabalho e militância, lhe permitiram até hoje, de forma igualitária, trabalhar e estar a par com os trabalhadores.

É inscrita na Ordem dos Advogados de Portugal – seção de Lisboa – desde 1982 e na Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Rio Grande do Sul – desde 1984 (OAB/RS 16.762), tendo sido membro da Comissão Especial de Previdência Social e dos Servidores Públicos Civis da OAB no acompanhamento da Reforma Constitucional durante o triênio 1995/97.

Há trinta anos, mantém seu escritório especializado em direito da seguridade social, trabalhando como consultora jurídica e apoiadora de sindicatos operários. Sua atuação como advogada tem como objetivo garantir a dignidade humana acima dos ditames das leis de mercado, o acesso à saúde, o direito a alimentos por via da previdência e a reparação pelos danos sofridos pelos trabalhadores em sua integridade física e moral nos momentos de maior dificuldade e vulnerabilidade: na doença, na velhice e na morte.

Ao longo dos últimos trinta anos, tem participado das principais lutas e de debates sobre as questões que foram surgindo no cenário nacional relativas aos movimentos populares, como o Movimento Diretas Já, a Constituinte de 1988, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores do campo, a liberdade sindical e a Reforma da Previdência, entre outras.

Como feminista, sua militância tem sido efetiva e constante, principalmente pela igualdade dos direitos das mulheres, contra a violência de gênero e em defesa da regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. Colabora com a organização Themis de forma ativa na formação das promotoras legais populares, tendo sido escolhida, no último curso de 2013, como professora homenageada.

Também, no campo da cultura e da arte, desde a sua chegada, se tornou amiga do teatro e da Orquestra de Câmara do Teatro São Pedro, da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) e do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (Margs), participando dos eventos e das atividades promovidas pelos mesmos. Afeiçãoou-se ao Mercado Público, à Travessa dos Venezianos, à Casa de Cultura Mário Quintana, às Praças da Alfândega e da Matriz, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à Cidade Baixa e a tantos outros lugares nos quais encontra a alma e a história da Cidade.

Na sua vida pessoal e afetiva, Marilinda teve seus dois filhos nascidos em Porto Alegre: Rodrigo Fernandes de Oliveira, advogado, e Guilherme Fernandes de Oliveira, jornalista. É casada com o desembargador porto-alegrense Sérgio Gischkov Pereira. Seu pai, Joaquim Rodrigues Fernandes, de 92 anos, reside até hoje em Lisboa, e sua mãe, Amália da Conceição Marques Fernandes, faleceu em 14 de junho de 2009, em Lisboa.

Durante os 30 anos de sua vida em Porto Alegre, tem atuado não só como advogada mas também como professora, palestrante e conferencista nas áreas do direito da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), contribuindo com debates sobre questões como sistemas de previdência social, complementar e estatutária, segurança no trabalho, saúde do trabalhador, responsabilidade civil e criminal, direito comunitário, sindicalismo e feminismo, entre outras, em parceria com a própria Prefeitura de Porto Alegre, a Ordem dos Advogados do Brasil e com organizações como o Comitê de Segurança e Saúde do Trabalhador do RS (CSST/RS), o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (SINDPPD-RS), o Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência (Sindisprev/RS), o Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde e Trabalho (Cedop/UFRGS), a Themis, organização que presta assessoria jurídica e propõe estudos de gênero, a Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região, a Associação Sulriograndense de Fonoaudiologia (ASFA), a Editora Síntese, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI), a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) do RS, a Faculdade do Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC), a UFRGS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Dessa forma, mostra-se correto e necessário agradecer a senhora Marilinda da Conceição Marques Fernandes como cidadã de Porto Alegre, por sua trajetória e trabalho em prol desta comunidade.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2014.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA

PROJETO DE LEI

Concede o título de Cidadã de Porto Alegre à advogada e professora Marilinda da Conceição Marques Fernandes.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã de Porto Alegre à advogada e professora Marilinda da Conceição Marques Fernandes, nos termos da Lei nº 9.659, de 22 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.